

Invasão dos prédios

GIZELA RODRIGUES

DA EQUIPE DO CORREIO

Nágela Pessoa, 38 anos, morava na Candangolândia quando ouviu o cunhado falar de uma quadra em Águas Claras que seria destinada apenas para a construção de casas. Os terrenos eram quatro vezes maiores e ela se animou com a possibilidade de construir uma casa grande, com piscina e área verde para os filhos brincarem. Nágela se mudou para Águas Claras há seis anos e foi a primeira moradora do conjunto onde vive. Mas pouco tempo depois, a empolgação se transformou em frustração: prédios de até 12 andares começaram a ser construídos nos lotes vazios e, hoje, a casa da família está espremida entre os espiões.

A descaracterização da Quadra 301 de Águas Claras preocupa os moradores, que já sofrem por causa do adensamento populacional maior do que o planejado. Pelo projeto inicial da cidade, apenas uma casa poderia ser construída em cada um dos 237 lotes residenciais da Quadra 301. O Plano Diretor Local de Taguatinga, que inclui Águas Claras, porém, alterou a norma e permitiu que dois domicílios fossem feitos nos terrenos. Assim, a quadra, que deveria abrigar 474 famílias, ou 2 mil pessoas, no máximo, já serve de moradia para mais de 30 mil.

A lei autorizou que mais de dois domicílios fossem feitos nos terrenos, em caráter excepcional e desde que aprovados pelas concessionárias de serviços públicos (Leia o que diz a lei). A única regra é que os prédios não tivessem mais de 12 andares. Mas a exceção virou regra. Ao olhar a quadra, é impossível contar quantos edifícios foram erguidos no local. A administração regional da cidade também alega não saber o número exato. É muito comum encontrar casas espremidas no meio de edifícios. São pelo menos 30 prédios com obras em andamento.

Há estimativas de que os empreendimentos residenciais aumentaram em até 900% o número de domicílios previsto por lote da Quadra 301. Um adensamento que, para os moradores, é sinônimo de perda da qualidade de vida. Nágela, por exemplo, desistiu de construir a piscina por causa da falta de privacidade. "As pessoas do prédio enxergam todo o meu quintal", reclama.

Fotos: Iano Andrade/CB/D.A. Press



A QUADRA 301 ERA VISTA COMO UM PEQUENO MUNDO DE TRANQUILIDADE PARA FAMÍLIAS QUE MORARIAM EM CASAS: PRÉDIOS ALTERARAM A PAISAGEM



NÁGELA PERDEU A PRIVACIDADE COM A CHEGADA DOS EMPREENDIMENTOS

Engarrafamentos

A comunidade também reclama que a rede de água, luz e esgoto de Águas Claras não comporta mais o crescimento populacional, assim como as vias, que estão sempre engarrafadas. "Quando me mudei para Águas Claras, a promessa era de que seriam 160 mil habitantes em 2045. Agora, a previsão é que passe de 260 mil", diz o presidente da Associação de Moradores, José Júlio de Oliveria.

O crescimento da cidade também preocupa o governo. Em julho de 2007, uma força-tarefa foi criada para investigar a concessão

de alvarás em Águas Claras. Em setembro do ano passado, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) solicitou que a administração suspendesse a aprovação dos projetos para a construção de edifícios e reestudasse os projetos já aprovados.

Os técnicos do governo ainda estudam se novos prédios poderão ser erguidos na 301. Mesmo assim, a expansão de Águas Claras não acabou. Em uma área vizinha à quadra, um condomínio residencial busca ser licenciado e aprovado pelo governo. O empreendimento, da Direcional En-

genharia, se chama Village Park e terá 13 torres de 14 andares. Mais 4 mil pessoas poderão se mudar para a cidade quando ele ficar pronto. "O condomínio ocupa uma área de 140 mil metros quadrados e 50 mil deles serão área verde. É o menor adensamento populacional de Águas Claras", defende Cristiano Goulart, responsável pelo projeto de impacto de vizinhança do empreendimento, que está em fase de aprovação pelo Instituto Brasília Ambiental (Ibam).

O caso também foi levado ao Ministério Público do DF. O deputado distrital Chico Leite foi procurado por moradores e protocolou, no começo desta semana, uma representação denunciando o desvirtuamento da Quadra 301 aos promotores da ordem urbanística. "O que tem havido em Águas Claras é o aproveitamento da necessidade de moradia da população pela ganância da especulação imobiliária, com a omissão ou cumplicidade do Estado", afirma.

correiobrasiliense.com.br

Leia na internet:
a íntegra do PDL de Taguatinga

Porto Rico terá melhorias

LÍVIA DO NASCIMENTO

DA EQUIPE DO CORREIO

Os 11 mil moradores do condomínio Porto Rico, em Santa Maria, terão um final de ano mais feliz com o compromisso garantido do governo local de iniciar as obras de melhoria de infra-estrutura do lugar. A ação foi definida ontem durante a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que autoriza o início dos serviços enquanto se resolve o processo de regularização da área. Normalmente essas obras só podem ser feitas após a regularização do condomínio.

O termo foi assinado pelo governador José Roberto Arruda e representantes do Ministério Pùblico Federal, Ministério Pùblico do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) durante encontro realizado na residência oficial do Governador, em Águas Claras.

O governo espera concluir na segunda-feira 27 o Plano de Controle Ambiental — um estudo definindo a Área de Proteção Permanente (APP) e os locais que poderão receber obras. O Ibama levará 10 dias para aprovar os estudos e autorizar os trabalhos. Só então poderá emitir a Licença de Instalação para o início das obras. "É um passo a mais para a regularização do Porto Rico, que é uma das áreas irregulares de baixa renda de Brasília. Não deixamos criar nenhuma nova invasão e aquelas que já existiam estamos tentando trazer para a legalidade", comentou o governador.

A primeira obra será a instalação da rede elétrica porque no local há uma elevada concentração de ligações irregulares de eletricidade. Os moradores dos 1,9 mil lotes também serão beneficiados com a instalação da rede de água e esgoto, além de pavimentação de ruas.